



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 218/2018 TRE/PRE/CGDP

Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL, no uso da competência regimental estabelecida no inciso VI do art. 22 do Regimento Interno - Resolução nº 170, de 18 de dezembro de 1997, e CONSIDERANDO a Resolução nº 23.381, de 19 de junho de 2012, do Tribunal Superior Eleitoral, que "Institui o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral e dá outras providências";

CONSIDERANDO a Resolução nº 230, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, que "Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio entre outras medidas da convocação em resolução da Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão",

CONSIDERANDO o contido no processo administrativo SEI nº 0013446-31.2016.6.12.8000;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão CPAI, vinculada à Presidência deste Tribunal, com as atribuições estabelecidas na Resolução CNJ nº 230/2016, sem prejuízo de outras necessárias ao cumprimento de ações que visem garantir a plena acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 2º A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI compõe-se dos seguintes membros: *(Redação dada pela Port. PRE 50/2025, de 06.3.2025)*

I - Dr. Vitor Luis de Oliveira Guibo, Juiz-Membro do TRE/MS; *(Redação dada pela Port. PRE 50/2025, de 06.3.2025)*

II - Sinngrid Jardim Machado, servidora da Corregedoria-Regional Eleitoral; *(Redação dada pela Port. PRE 50/2025, de 06.3.2025)*

~~III - Luciano da Conceição Muniz, servidor da Secretaria de Gestão de Pessoas; *(Redação dada pela Port. PRE 50/2025, de 06.3.2025)*~~

III - Marcos Wellber Araújo Ribeiro, servidor da Secretária de Gestão de Pessoas; *(Redação dada pela Port. PRE 139/2025, de 12.8.2025)*

IV - Diogo Campos dos Anjos, servidor da Coordenadoria de Engenharia; *(Redação dada pela Port. PRE 50/2025, de 06.3.2025)*

V - Cristiane de Farias Paukouski da Silva, servidora da Seção de Planejamento e Gestão Estratégica; *(Redação dada pela Port. PRE 50/2025, de 06.3.2025)*

VI - Leandro Santos Neves, servidor do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão; *(Redação dada pela Port. PRE 50/2025, de 06.3.2025)*

VII - Ozair da Maia Ribeiro, servidor da 38ª Zona Eleitoral de Costa Rica; *(Redação dada pela Port. PRE 50/2025, de 06.3.2025)*

~~VIII - Luís Henrique Amorim, servidor da Secretaria Judiciária; *(Redação dada pela Port. PRE 50/2025, de 06.3.2025)*~~

VIII - Ester Willians Benites da Rocha, servidora da Secretaria Judiciária; *(Redação dada pela Port. PRE 139/2025, de 12.8.2025)*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

IX - Alexandre Arashiro Oyakawa, servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação. *(Redação dada pela Port. PRE 50/2025, de 06.3.2025)*

X - Carmem Verônica Fanaia Miquilino, servidora do Núcleo Socioambiental. *(Redação dada pela Port. PRE 50/2025, de 06.3.2025)*

§ 1º A Comissão será presidida pelo Juiz Membro do TRE-MS, que em suas ausências ou impedimentos legais, será substituído por outro, a ser designado pela Presidência do Tribunal.

§ 2º Os demais servidores serão substituídos, nos afastamentos, por suplentes designados pela respectiva unidade administrativa.

§ 3º Ao servidor representante da Corregedoria-Regional Eleitoral caberá secretariar os trabalhos da Comissão.

§ 4º A Comissão reunir-se-á por convocação do Presidente, com a presença de no mínimo três dos seus membros, sendo obrigatória a presença dos integrantes indicados nos incisos I e VI e de um representante da área de atuação envolvida no assunto a ser tratado.

§ 5º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, sempre que se fizer necessário para o atendimento de demandas ou para a implementação de projetos ou programas, a Comissão poderá convidar representantes de outras áreas do TRE/MS e de outros órgãos públicos.

§ 6º Os membros designados para comporem a Comissão de que trata esta Portaria desempenharão as atribuições a ela inerentes sem prejuízo das atividades do cargo ou função que ocupam e terão mandato de dois anos, contados da publicação desta Portaria.

Art. 3º Ao Presidente da Comissão compete, além de convocar as reuniões, submeter à apreciação dos membros as demandas recebidas, votando em todas as deliberações e, encaminhá-las posteriormente ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.

Art. 4º Os trabalhos já realizados no âmbito deste Regional, referentes à inclusão social, servirão de apoio às ações a serem adotadas pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão CPAI.

Art. 5º Revoga-se a Portaria PRE nº 578/2011 e demais disposições em contrário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Campo Grande, 15 de agosto de 2018.

Desembargadora **TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES**
Presidente TRE/MS